

5.1.8. Ministério da Fazenda

Na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, o Ministério da Fazenda - MF é o órgão que, de forma preponderante, trata da formulação e da execução da política econômica. No transcorrer de 2009, o MF direcionou a sua atuação com vistas a minimizar os efeitos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira. Além de evitar que as graves consequências decorrentes da fragilidade dos mercados recaíssem de forma mais aguda sobre a população de menor nível de renda, o MF manteve o foco na responsabilidade e no comprometimento com os objetivos e metas estabelecidas pelo governo. Os efeitos iniciais da crise financeira internacional no Brasil combinaram depreciação cambial, restrição de liquidez e queda na demanda internacional por produtos brasileiros. Juntos, derrubaram a confiança de empresários e consumidores, de modo que o crescimento do consumo desacelerou e o investimento caiu de forma abrupta e preocupante.

O Governo Federal respondeu à crise internacional com uma sequência de medidas sem precedentes na história econômica recente do Brasil. As ações desenvolvidas pelo Governo Federal podem ser divididas em três grupos. O primeiro diz respeito a ações e programas adotados antes da crise, que ajudaram a economia durante a crise, e continuam sendo utilizados mesmo após seu arrefecimento. O segundo refere-se a ações emergenciais empregadas durante a crise que, por serem temporárias, tendem a expirar ou se reduzir com o passar do tempo. O terceiro relaciona-se a novas ações estruturais que auxiliaram o combate à crise, mas prosseguiram após o pior momento.

Dentre as ações e programas adotados antes da crise, cabe destacar cinco iniciativas estruturais que evitaram uma queda maior no nível de atividade econômica: o aumento na rede de proteção social; o aumento no salário mínimo; a expansão do investimento público; as desonerações programadas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e na Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP; e por fim a reestruturação dos salários e do efetivo do serviço público federal.

Em relação às medidas temporárias de combate à crise, mencione-se as medidas tomadas para proporcionar liquidez aos mercados financeiros e estancar os efeitos da saída de capitais bem como as perdas advindas de operações no mercado cambial. A resposta imediata à contração de crédito foi providenciar uma expansão da liquidez, tanto em moeda estrangeira quanto em moeda nacional. Estas operações só foram possíveis porque antes da crise o Brasil havia acumulado cerca de US\$ 210 bilhões em reservas internacionais. A redução do percentual para o recolhimento do compulsório bancário também evitou o contágio da crise internacional no mercado interbancário brasileiro, apesar de não ter sido suficiente para estimular a recuperação no crédito.

A solução veio, assim, dos bancos públicos, que começaram a atuar como emprestadores de penúltima instância durante a fase mais grave da contração do

crédito. Neste sentido, no início de 2009, a União concedeu linha de crédito de 3,3% do PIB ao BNDES, que por sua vez ofereceu um conjunto de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Em complemento à ação do BNDES, a União também ofereceu incentivos financeiros, via equalização de taxa de juros, ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. Os bancos públicos puderam oferecer linhas de crédito, especialmente capital de giro para os setores com maior dificuldade de liquidez. Como resultado dessa ação, pode-se observar que durante a fase mais crítica da crise, entre setembro de 2008 e julho de 2009, os bancos públicos aumentaram sua oferta de crédito em 33%, enquanto as instituições privadas nacionais cresceram 4% e as instituições estrangeiras 1,5%.

A política monetária anticíclica incluiu, também, um corte substancial na taxa Selic, após a análise acerca dos riscos sobre a inflação. A impossibilidade de a política monetária estimular a recuperação econômica imediatamente após a crise foi compensada pela política fiscal.

Além das ações estruturais adotadas, implementou-se uma série de desonerações tributárias temporárias para estimular as vendas e o consumo. Estas desonerações começaram já no final de 2008, com redução do IPI para o setor automotivo, e tiveram por objetivo evitar o acúmulo excessivo de estoques nas indústrias. No curso de 2009, essas medidas foram estendidas para os setores de bens de consumo duráveis, materiais de construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alguns itens alimentícios. O custo final das desonerações foi compensado pelo aumento na produção e nas vendas induzido pelas desonerações.

Para evitar a adoção de políticas pró-cíclicas na esfera municipal e na estadual, a ação do Governo Federal também incluiu transferências orçamentárias extraordinárias para os estados e municípios ao longo do ano. As ações temporárias incluíram também o aumento no período de concessão e no valor do seguro desemprego para reduzir a perda de renda dos trabalhadores, bem como promoveram a equalização das taxas de juros para investimentos em máquinas e equipamentos contratados em 2009 com o objetivo de evitar o adiamento de investimentos.

As ações fiscais demandaram um ajuste nas metas fiscais estabelecidas para 2009. As metas de resultado primário do setor público foram alteradas da seguinte forma: a Petrobras foi retirada do cálculo do resultado primário para liberar o aumento do investimento por parte da empresa; a meta para 2009 foi reduzida de 3,3% para 2,5% do PIB antes do investimento público, e de 2,8% para 1,6% do PIB após o investimento público; e a meta para 2010 foi mantida em 3,3% antes do investimento público, mas reduzida de 2,8% para 2,6% após o investimento.

Com relação às novas ações estruturais adotadas durante a crise, as principais medidas foram: a revisão nas alíquotas do imposto de renda sobre a pessoa física, a modificação no patamar de taxa real de juro da economia e o lançamento de um novo programa habitacional

direcionado aos mais pobres e à classe média baixa. O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, destinado à construção de um milhão de novas residências, com início em 2009, embute a concessão de subsídios que poderá alcançar valores equivalentes a 1,2% do PIB. Este programa, além de possibilitar o acesso de famílias de baixa renda à habitação, é também um poderoso instrumento de estímulo à recuperação econômica, incentivando a produção de um setor intensivo em trabalho e em insumos produzidos no país.

As medidas adotadas induziram ao crescimento da economia brasileira, cujo patamar poderá alcançar em 2010 índices semelhantes aos verificados no momento imediatamente anterior à crise. As ações do governo brasileiro e a evolução da conjuntura internacional fizeram o Brasil atravessar a fase mais crítica da crise, de forma menos traumática do que a grande maioria dos países. Contrariamente às expectativas pessimistas constatadas no final de 2008, os salários e os empregos voltaram a crescer, a taxa de desemprego não apresentou alteração significativa e a confiança dos consumidores e dos empresários se recuperou rapidamente ao longo de 2009.

O Ministério da Fazenda compartilha o desenvolvimento de ações que perpassa diversas políticas públicas executadas no âmbito do Governo Federal, cabendo destacar as mais relevantes, inclusive para facilitar a compreensão da complexidade das atribuições da pasta fazendária.

Fundo de Garantia à Exportação

O Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que tem como finalidade dar cobertura às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação contra riscos comerciais e políticos e extraordinários, garantiu exportações de bens e serviços brasileiros no montante de US\$ 14,7 bilhões em 2009, o que permitiu que fossem ampliadas as exportações brasileiras para países como Argentina, Angola, Estados Unidos, Venezuela, Colômbia, República Dominicana, Guatemala, Equador, Chile, Peru e Bolívia, entre outros. Os principais setores beneficiados com a cobertura do FGE foram Energia Elétrica, Transporte Metroviário, Petróleo e Gás, Transporte Automotivo de Passageiros e Transporte Aéreo, e Administração Pública.

Fomento aos Investimentos

Diversas medidas foram efetivadas durante o ano de 2009 com foco no incentivo às microempresas. Dentre as mais significativas temos as melhorias nas condições do Cartão BNDES, com aumento do limite para R\$ 500 mil, redução de juros e ampliação de prazo de amortização para 48 meses. A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Simples Nacional foi alterada, com instituição da figura do microempreendedor individual - pessoas com rendimento anual de até R\$ 36 mil. Também foram ofertadas linhas de crédito específicas para Micro e Pequenas Empresas, por meio do Banco do Brasil, com ampliação das linhas de crédito adicional de R\$ 11,6 bilhões - sendo que deste montante, aproximadamente R\$ 8 bi ocorreu no segundo

semestre de 2009 -, além de elevação dos limites de crédito para 303 mil empresas.

Fundo Garantidor de Risco de Crédito

Considerando-se que um dos principais obstáculos ao acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas é a dificuldade dessas empresas de apresentar as garantias normalmente exigidas pelos bancos emprestadores, e com o objetivo de complementar a atuação dos fundos de aval já existentes (Fampe – Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, do Sebrae; Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - Funproger gerido pelo BB, e Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC, administrado pelo BNDES), a Medida Provisória nº 464, de 09.06.2009, autorizou a União a participar com até R\$ 4 bilhões em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas, de natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e da instituição administradora. Com base nesse diploma legal, foram constituídos o Fundo de Garantia de Operações - FGO e o Fundo Garantidor para Investimentos - FGI, administrados, respectivamente, pelo Banco do Brasil e pelo BNDES.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Em 2009, deu-se continuidade à implementação do Fundo Mercosul de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas, cujo estatuto foi aprovado no final de 2008. O Ministério da Fazenda trabalha com outros órgãos de governo brasileiros e sul-americanos na elaboração de seu Regulamento. O Fundo servirá como base para a concessão de garantias a empresas envolvidas em ações de integração produtiva entre os países do Mercosul, viabilizando o acesso de pequenas empresas ao crédito bancário e promovendo uma maior integração econômica da região.

Serviços Bancários e Microfinanças

O Programa de Inclusão Bancária do Governo tem propiciado o acesso crescente de famílias de baixa renda ao sistema bancário. Em 2009, a quantidade de contas correntes simplificadas ultrapassou a cifra de 10 milhões de contas. A inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários deverá ter um grande avanço com o incentivo à inserção financeira das famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O acesso aos serviços financeiros será disponibilizado pela Caixa Econômica Federal ou outras instituições financeiras, principalmente pela possibilidade do pagamento dos benefícios do Programa Bolsa Família por meio das contas correntes simplificadas. As operações de crédito consignado em folha de pagamento representam a forma mais simplificada e barata de acesso ao crédito pessoal pelos trabalhadores e aposentados, ultrapassando a faixa de R\$ 100 bilhões destinados para funcionários públicos, ativos e inativos além de aposentados e pensionistas do INSS.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído em 2005, objetiva contribuir para a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares, sendo os recursos provenientes do FAT e dos 2% das exigibilidades sobre depósitos à vista captados pelas instituições financeiras. A Resolução CMN 3.706, de 27.03.2009, que amplia a concessão de operações de microcrédito, elevou os valores máximos de operações de microcrédito passíveis de serem financiadas com o FAT. Também, aumentou o somatório máximo de operações de microcrédito que pode ser mantido pelas pessoas físicas para viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial e pelas microempresas beneficiárias de operações de microcrédito.

Uma ação coordenada do Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, permitirá o acesso de aproximadamente 100 milhões de brasileiros, das classes C, D e E às operações de microseguros. Tais operações se encontram na fronteira entre os serviços financeiros e a proteção social e surgem como alternativa de proteção financeira para o consumidor de baixa renda. A iniciativa também permitirá agregar coberturas securitárias específicas e maior inserção e inclusão no mercado de seguros.

Desenvolvimento Agropecuário

Diversos programas procuraram atender o setor agrícola, como o Pronaf Eco - linha de Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental. A crise financeira provocou diversas medidas, como prorrogação de prazos de vencimento (Pronaf, Funcafé) e estabelecimento de linhas especiais de crédito (frutas, carnes suínas, ovinas e derivadas, estocagem de álcool, capital de giro a agroindústrias, cooperativas agropecuárias e indústrias de máquinas e implementos agrícolas), bem como aumento do crédito nas linhas já existentes (linhas emergenciais, Pronaf Comercialização, Prodecoop, Procápcred). Também foram antecipados os desembolsos do Banco do Brasil. Além disso, o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro amparou na safra de 2008/2009 653 mil contratos, alcançando o valor segurado de R\$ 7 bilhões. No ano de 2009 foram registradas no sistema Proagro despesas no valor de mais de R\$ 500 milhões. O Programa beneficiou principalmente os pequenos produtores agrícolas enquadrados no conceito de "agricultura familiar", atendidos pelo "Proagro Mais" com quase 600 mil contratos.

Gestão da Política e Regulação de Mercados

O Ministério da Fazenda participa da discussão e formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores, cujos detalhes serão especificados mais adiante na análise dos programas estruturantes. Nesse sentido, tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas nas províncias do pré-sal. Além de ações relativas ao setor de petróleo, o MF trabalha na formulação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel, contribuindo também nas discussões dos aspectos

econômicos voltados à implementação de uma política nacional de mudanças climáticas. Com esse foco, o Ministério tem participado nos trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC, criada com a finalidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima e seus instrumentos subsidiários de que o Brasil venha a ser parte.

Principais Ações de Regulação na Área de Valores Mobiliários

A atividade de regulamentação do mercado trouxe a edição de importantes normativos, dentre os quais se destaca a Instrução CVM nº. 476/09, que trata das ofertas públicas de valores mobiliários distribuídos com esforços restritos. Essa instrução reduz os custos de certas ofertas públicas, facilitando o acesso dos emissores ao mercado de capitais. Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº. 11.638/07, o ano de 2009 se encerrará com a emissão de 37 atos normativos aprovando pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Com esse conjunto de normas, acrescido dos 18 atos emitidos em 2008, conclui-se, por ora, o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Principais Ações de Regulação e Supervisão do SFN

No exercício de 2009, Banco Central do Brasil - BCB se ocupou fundamentalmente em reduzir os efeitos da crise financeira internacional sobre o Sistema Financeiro Nacional - SFN, mediante o monitoramento das condições de liquidez de cada instituição e produzindo informações tempestivas que subsidiaram a tomada de decisão por parte da Diretoria Colegiada do Banco Central. Além disso, com as alterações normativas adotadas, foi necessário verificar a sua adequada aplicação. A aplicação do conceito de supervisão contínua ao longo do tempo, com a consequente construção de um canal de comunicação eficaz entre a Supervisão e a alta administração das instituições foi fundamental para o sucesso desse esforço, assim como a definição tempestiva da estrutura que fez a gestão do fluxo de informações para que a grande massa de dados produzida fosse traduzida em informes executivos de forma ágil e segura.

Especificamente no que se refere às cooperativas de crédito, deve-se destacar a divulgação da Lei Complementar nº. 130/2009, que representa um grande avanço para a solidez do sistema cooperativista. A nova lei apresenta questões de organização do setor consistente com princípios cooperativistas de transparência, expondo as boas práticas de governança, cogestão temporária, possibilidade de diretoria contratada, entre outros. Além disso, eleva ao status de lei vários comandos presentes na Resolução nº. 3.442/2007. Em 01/07/2009, foi editada a Resolução nº. 3.757, que promoveu aperfeiçoamento na regulamentação aplicável às agências de fomento. O novo documento normativo ampliou o escopo operacional dessas agências, com a autorização para a participação

acionária, direta ou indireta, no país em instituições não financeiras, para a prática de operações de arrendamento mercantil e câmbio, mediante alocação de capital complementar, para o financiamento de capital de giro dissociado de capital fixo.

Com relação às tarifas de serviços bancários, o Banco Central, em 2009, deu continuidade às ações visando garantir o cumprimento das normas relativas a essas tarifas, bem como a adoção de práticas adequadas na contratação de produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras. Os procedimentos de supervisão foram atualizados em razão de alterações normativas sobre o tema, a exemplo da proibição da cobrança de tarifa de renovação de cadastro para clientes pessoa física.

Para melhorar o acompanhamento da estabilidade do sistema financeiro, foram desenvolvidas novas ferramentas e metodologias, que permitirão ao BCB acompanhar a sua evolução, bem como adotar, à época devida, as medidas corretivas que se fizerem necessárias. Um novo Sistema de Monitoramento de Mercados - SMM foi implantado com o objetivo de prover maior segurança e eficiência no monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez a que as instituições financeiras estão expostas.

Discussão sobre o Papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)

O Brasil exerceu papel importante nas discussões sobre as causas e consequências da atual crise financeira internacional e, também, sobre os seus impactos nas definições da política e organização do FMI. Nesse contexto, o Banco Central participou dos debates para a definição do aumento da capacidade financeira do Fundo; do instrumental disponível para prestar assistência aos países membros; da capacidade técnica para prevenir, identificar e solucionar crises; e das reformas relacionadas à Governança e representatividade dos países membros no Organismo.

Em 2009, foram aprovadas as revisões das linhas de assistência do FMI, com destaque para a criação da Linha de Crédito Flexível (*Flexible Credit Line*), que visa atender países com um passado de políticas macroeconômicas sólidas, com menos condicionalidades, de acesso mais rápido e sem limite. Foram também ampliados os recursos disponíveis para o Fundo fazer frente à maior necessidade de empréstimos por parte dos países membros. Esses recursos foram obtidos por meio de diversos mecanismos: Plano de Transações Financeiras (FTP) – mecanismo pelo qual o FMI utiliza recursos das quotas para efetuar empréstimos; Acordos Gerais de Empréstimos e Acordos Bilaterais – mecanismos pelos quais países membros tornam disponíveis recursos para uso pelo Organismo e lançamento de Notes – bônus comprados por países membros para financiar o Fundo.

Ademais, o Fundo realizou alocações adicionais de Direitos Especiais de Saque - DES, uma especial, referente à 4^a Emenda, e outra de caráter geral de USD 250 bilhões. Esta última, decidida no âmbito do G-20, como forma de aumentar a liquidez dos países membros no enfrentamento

da crise. Para fazer frente a essas novas alocações, houve a expansão do Plano de Designação de DES, que elege países membros detentores de reservas internacionais e balanço de pagamentos sólido para, quando solicitado, fornecer "moedas livremente utilizáveis" em troca de DES. O Brasil, dados os seus bons fundamentos macroeconômicos e a sólida situação de balanço de pagamentos e de reservas, também passou a contribuir com o esforço de financiamento do FMI. O Brasil também passou a integrar o rol de países que disponibilizaram recursos de suas quotas para suprir o FTP e a dar liquidez às alocações de DES.

Reunião G-20

O G-20 reúne países economicamente avançados (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido, bem como a União Europeia) e os países emergentes mais relevantes (Brasil, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, China, Coréia, Índia, Indonésia, México, Turquia e Rússia), além do FMI e do Banco Mundial. Em 2009, o Grupo, sob a coordenação da Troika (Reino Unido, Coréia do Sul e Brasil), cumpriu uma agenda extensa, em um contexto de desafios econômicos e financeiros sem precedentes. As expectativas em torno de seus resultados foram ampliadas, razão da necessidade de se produzir respostas efetivas aos riscos impostos pela crise e de se definir diretrizes para o futuro.

Ao longo de 2009, realizaram-se duas Cúpulas de chefes de Estado e três Reuniões de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais do G-20, com o objetivo de elaborar, discutir e encaminhar aos líderes propostas relacionadas à economia e estabilidade financeira globais. O Grupo concentrou sua atuação na elaboração e na implementação de medidas de combate à crise, inclusive no fortalecimento institucional e de recursos das Instituições Financeiras Internacionais e no reforço da regulação financeira internacional.

Os principais resultados do G-20 em 2009 foram: a) a consolidação do Grupo como foro de líderes; b) o compromisso de transferência de no mínimo 5% das quotas de participação no FMI dos países avançados para mercados emergentes e países em desenvolvimento; c) o compromisso de aumento de pelo menos 3% do poder de voto dos países em desenvolvimento e em transição do Banco Mundial; d) o aumento dos recursos do FMI em até US\$ 850 bilhões, sendo que o Brasil se comprometeu a contribuir por meio da compra de títulos do FMI com até US\$ 14 bilhões, montante esse que será incorporado aos Novos Acordos de Empréstimo - NAB da instituição; e) o aumento em US\$ 100 bilhões dos recursos para empréstimo dos bancos multilaterais de desenvolvimento; f) a alocação de US\$ 250 bilhões para financiamento ao comércio internacional; g) o estabelecimento do Conselho de Estabilidade Financeira - FSB, como um sucessor do Fórum de Estabilidade Financeira - FSF, incluindo todos os países do G20, os membros do FSF, a Espanha e a Comissão Europeia; e h) a priorização da luta contra os paraísos fiscais, levando ao fortalecimento e ampliação do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações Tributárias.

Em um contexto internacional em que o Brasil exerce papel cada vez mais importante na economia mundial, o país tem sido citado como um dos mais bem-sucedidos em termos de regulamentação e supervisão bancária e financeira e tem atraído considerável atenção internacional, com consequente demanda por participação em fóruns internacionais de maior relevância.

Dívida Ativa da União

Com a edição da Súmula Vinculante STF nº 8 tem-se procedido a uma verificação na base de dados da dívida ativa, de modo a permitir que os créditos com indícios de decadência e prescrição sejam automaticamente baixados do sistema. O procedimento ocasionou uma redução significativa no estoque da Dívida Ativa da União, já com o cancelamento de mais de aproximadamente 190.000 inscrições não previdenciárias, representando baixa de mais de R\$ 800 milhões. Além disso, por meio da Lei nº. 11.941/2009, o Governo Federal, baseando-se no princípio constitucional da eficiência, autorizou a eliminação de débitos considerados de difícil recuperação, alcançando a baixa de aproximadamente 175.000 inscrições, com valores da ordem de R\$ 500 milhões em débitos.

Defesa Judicial da União

Em 2009, o Ministério da Fazenda, por meio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN atuou na definição de controvérsias em matéria tributária, especialmente nos Tribunais Superiores, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional. Tal resultado se reflete especialmente na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplentes, e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ foram proferidas decisões que sinalizam o alcance dos objetivos colimados pela PGFN em julgamentos no STJ. Já no Supremo Tribunal Federal – STF foram proferidas decisões de extrema relevância para as matérias afetas aos assuntos do Ministério da Fazenda, tais como o Crédito-Prêmio de IPI, a Dedução de Prejuízos Fiscais, as alterações de alíquotas da Cofins (aumento de 2% para 3%), Imposto de Exportação e Finsocial.

Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF

O Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, desenvolvido pela Escola de Administração Fazendária – ESAF, juntamente com o Grupo de Educação Fiscal – GEF, vem apresentando relevantes resultados na educação fiscal utilizando a modalidade de Educação a Distância, conforme ilustrado no quadro a seguir:

**RESULTADOS ALCANÇADOS COM O PNEF NO BRASIL - MODALIDADE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
(PERÍODO 1998-2009)**

ÁREA DE ATUAÇÃO	RESULTADO ALCANÇADO	UNIVERSO	PERCENTUAL (%)
Alunos instruídos	5.542.819	52.580.452	10,54
Escolas alcançadas	36.000	212.000	17
Disseminadores capacitados	190.000	2.500.000	7,6
Tutores capacitados	1.500	179.200	0,85
Municípios sensibilizados	1.443	5.564	26

Fonte: Escola de Administração Fazendária – ESAF/MF

Esses resultados decorrem do desenvolvimento do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal – modalidade Ensino à Distância, propiciando a todos os brasileiros a chance de vivenciarlo em qualquer estágio de sua vida. O curso é destinado a crianças do ensino fundamental para que possam conhecer gradativamente todos os conceitos ligados à Educação Fiscal, a adolescentes do ensino médio com aprofundamento maior, servidores públicos, universitários e a sociedade em geral.

Execução Orçamentária

Para o Ministério da Fazenda é importante destacar a execução orçamentária em duas funções governamentais: Encargos Especiais e Administração. A primeira porque contempla todas as subfunções vinculadas à gestão da dívida pública - uma das áreas finalísticas relevantes no âmbito da Pasta. A segunda porque abrange as chamadas “atividades-meio” que sustentam materialmente a atuação do Ministério. As despesas na função Encargos Especiais

espelham a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo Ministério Fazenda. O gerenciamento da Dívida Pública Federal - DPF tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando-se a manutenção de níveis prudentes de risco. Adicionalmente, busca-se contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos.

Para a consecução deste objetivo, tem-se observado as seguintes diretrizes: i) alongamento do prazo médio e redução do percentual da DPF vencendo em 12 meses; ii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iii) aperfeiçoamento do perfil do passivo externo; iv) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e v) ampliação da base de investidores.

Em 2006, o Ministério da Fazenda adotou uma série de medidas visando melhorar a administração da DPF. Em relação à Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi, além de aprimorar o funcionamento do mercado doméstico, o MF agiu de modo a consolidar sua abertura aos investidores não-residentes, com destaque para a edição da Lei nº 11.312, que proporcionou a isenção do imposto de renda para não-residentes sobre ganhos em investimento em títulos públicos da dívida interna. Já no mercado externo, optou-se por mudanças qualitativas na estrutura da dívida, dadas as condições favoráveis criadas pelo bom desempenho do país no setor externo, merecendo destacar o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe, no qual ocorreram resgates de títulos com vencimentos até 2012 para suavizar o perfil de vencimentos da dívida no curto prazo, e as operações de Tender Offer e Exchange Offer, realizadas em associação à orientação de melhorar a composição da dívida externa e promover o alongamento de seu prazo médio contida no Plano Anual de Financiamento.

Houve reduções na função Encargos Especiais no período de 2007 a 2008. Este resultado é justificado pelo decréscimo nas despesas de serviço da dívida interna quando comparadas aos exercícios anteriores. De maneira específica, no tocante ao ano de 2007 o Ministério da Fazenda avançou no processo de aperfeiçoamento da administração da DPF. Dentre as ações tomadas no mercado interno, destacam-se a efetiva implantação da estratégia de criação e aperfeiçoamento de pontos de referência (*benchmarks*) para os títulos prefixados, e o início das emissões da NTN-F 2017, o título prefixado em moeda local mais longo já emitido. No mercado externo, o Tesouro Nacional passou a ser responsável também pela operacionalização do Programa de Resgate Antecipado, que tinha anteriormente o Banco Central como agente do Tesouro. O Programa, que busca a melhoria da composição da dívida externa e o alongamento de seu prazo médio, recomprou US\$ 5,4 bilhões, em valor de face, ao longo de 2007.

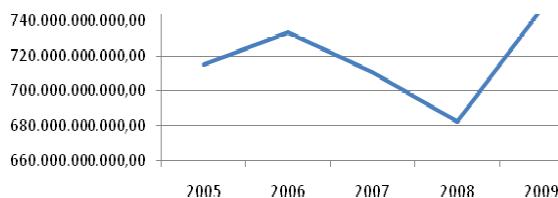
Por outro lado, o ano de 2008 se mostrou desafiador para a administração da dívida pública brasileira devido à deterioração do cenário externo. Contudo, evidenciou-se o sucesso da postura firme do governo nas áreas fiscal e monetária, bem como da eficiente gestão da dívida pública. O esforço do Brasil foi reconhecido e, mesmo durante o período turbulento, agências de classificação de risco alçaram o país ao grau de investimento, enquanto outros países sofreram pioras nessa classificação, o que reforça ainda mais a credibilidade conquistada. No que se refere à Dívida Pública Federal, importantes avanços foram conquistados pela gestão do Ministério da Fazenda. Os riscos de refinanciamento foram mitigados com a redução da parcela vincenda em 12 meses de 28,2% em 2007 para 25,4% em dezembro de 2008 e com o alongamento do prazo médio de 3,26 meses em dezembro do ano anterior para 3,50 meses ao final de 2008. Além disso, a Dívida

Líquida do Setor Público em relação ao PIB atingiu o menor valor desde 1998.

Em 2009, as despesas de serviço da dívida interna, compreendendo a amortização do principal mais os juros, apresentaram robusto crescimento, o que reflete nos gastos da função Encargos Especiais, como se observa no gráfico a seguir. Esse ano foi marcado pelo apoio dos governos às suas economias, acompanhado por ajustes e realocações no mercado financeiro. No Brasil, os fundamentos da economia continuaram sólidos, resultado da condução de políticas fiscal e monetária de forma equilibrada ao longo dos últimos anos. Em um ambiente ainda tomado por incertezas, o país, que já havia sido alçado a grau de investimento por cinco das principais agências de classificação de risco, também o foi por outra importante agência em setembro, o que colaborou para destacar o país em relação às principais economias emergentes.

No tocante ao perfil da Dívida Pública Federal, novos progressos foram alcançados, fundamentalmente, na redução do risco de refinanciamento e no alongamento do prazo médio da dívida. A parcela vincenda em 12 meses passou de 25,36%, em 2008, para 23,63%, em dezembro de 2009, e o prazo médio da dívida de 3,5 anos, em dezembro do ano anterior, para 3,53 anos ao final de 2009, melhorando significativamente o perfil da DPF.

FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS



Fonte: Siafi

Além disso, mesmo em um ano ainda marcado pela incerteza e turbulência, o Ministério da Fazenda conseguiu avançar na sua meta de melhora na composição da dívida, aumentando a participação dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços. Para o ano de 2009, cerca de 70% dos valores empenhados líquidos na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Interna, sendo 35,50% relativos ao serviço da Dívida Interna e 34,25% ao financiamento da Dívida Interna. Já os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 2,70% do total de Encargos Especiais. Por meio do demonstrativo a seguir são apresentados os valores executados para as demais subfunções integrantes da função Encargos Especiais, cabendo destacar Transferências e Transferências para Educação Básica, que somadas representam 14,38% dos valores executados nessa função.

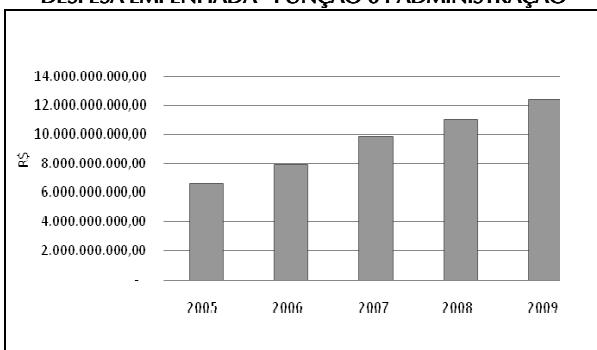
FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS - DESPESAS LIQUIDADAS EM 2009

SUBFUNÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	%
Serviço da Dívida Interna	266.063.554.451,64	35,50
Refinanciamento da Dívida Interna	256.638.105.312,11	34,25
Outros Encargos Especiais	98.172.173.302,93	13,10
Transferências	88.426.598.922,94	11,80
Transferências Para a Educação Básica	19.324.195.119,54	2,58
Serviço da Dívida Externa	15.285.092.169,14	2,04
Refinanciamento da Dívida Externa	4.952.406.888,89	0,66
Promoção da Produção Vegetal	310.879.000,00	0,04
Serviços Financeiros	37.154.940,15	0,01
TOTAL	749.210.160.107,34	100,00

Fonte: Siafi

Na função 04 – Administração, o Ministério da Fazenda executou em 2009 o montante de R\$ 11,2 bilhões, sendo que deste valor, R\$ 9,2 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral, e cerca de R\$ 1 bilhão foi executado na subfunção Tecnologia da Informação. Portanto, somadas, as referidas subfunções representam aproximadamente 90% do montante líquido executado nessa função de governo. Destaque-se, também, que do total dos gastos nessa função, quase 60 % correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil. No gráfico a seguir apresenta-se a despesa do Ministério da Fazenda empenhada na função Administração nos últimos cinco anos.

DESPESA EMPENHADA - FUNÇÃO 04 ADMINISTRAÇÃO

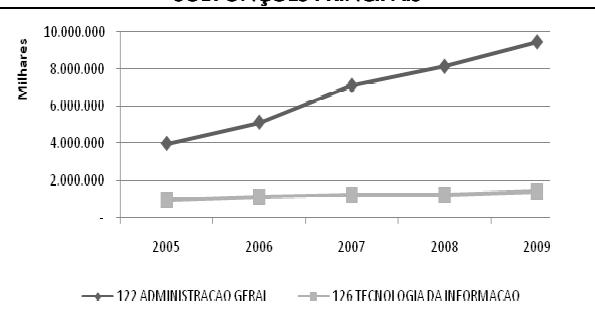


Fonte: Siafi

Comparando-se 2009 em relação ao exercício de 2005, observa-se crescimento nominal de 85 %. Em relação a 2008, o aumento foi de 12 %. Tais variações, em grande parte, podem ser atribuídas ao comportamento verificado

na execução ocorrida na subfunção Administração Geral. O gráfico plotado a seguir mostra a evolução das duas principais subfunções integrantes da função Administração.

DESPESA EMPENHADA NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO (04) SUBFUNÇÕES PRINCIPAIS



Fonte: Siafi

Os gastos executados na subfunção Administração Geral cresceram 138% em 2009 comparativamente a 2005, enquanto os recursos alocados na função Tecnologia da Informação apresentaram um aumento de aproximadamente 40% do fim em relação ao início do período sob exame. Conforme relatado, boa parte da despesa executada na função Administração Geral foi alocada na unidade orçamentária RFB, cujas dotações aumentaram de forma significativa, sobretudo a partir do exercício de 2007, em razão do processo de unificação da Secretaria da Receita Federal – RFB com a Secretaria da Receita Previdenciária.

DESPESA EMPENHADA - SUBFUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO GERAL - RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUBFUNÇÃO	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	2.508.241.534,23	4.198.392.755,79	4.920.485.561,14	5.704.637.785,37

Fonte: Siafi

Boa parte do montante de empenhos emitidos para a subfunção 122 relaciona-se a despesas executadas no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Em 2007, a despesa empenhada superou em 67,4% a realização verificada no exercício de 2006, devendo-se atribuir a variação ocorrida nessa subfunção ao processo de unificação da RFB. Para que a unificação ocorresse de

forma planejada e sem transtornos para as duas Secretarias, e para o contribuinte em geral, alguns cuidados foram tomados: adaptação de processos de trabalho e normas, alinhamento de jurisdição das unidades descentralizadas; redimensionamento da rede de atendimento; levantamento de dados relativos a pessoal, logística e TI etc. As despesas com pessoal, que incluem as remunerações e a

contribuição para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, representam mais de 90% do montante verificado nesta subfunção, o que explica o significativo crescimento verificado em 2007 na referida subfunção. A variação do montante de empenhos emitidos em 2008 e 2009, de 17,2% e 15,9% respectivamente, para a subfunção 122, na RFB, decorreu sobretudo em razão da reestruturação de carreiras autorizada pela Lei 11.890, de 24/12/2008.

Na despesa empenhada na subfunção 126 - Tecnologia da Informação constam quatro ações da RFB relacionadas a sistemas informatizados. Por essa razão, o aumento de R\$ 189 milhões verificado em 2009 relativamente ao exercício de 2006, em grande parte deve ser atribuído à assunção pela RFB da ação Sistemas Informatizados Previdenciários, oriunda da Secretaria da Receita Previdenciária, cujo valor alcançou aproximadamente R\$ 135 milhões, representando, no período, um crescimento de 70% no total da despesa empenhada nessa subfunção.

Programas Estruturantes do Ministério da Fazenda

Programa 1266 – Gestão da Política Econômica (SPE)

O programa tem como finalidade apoiar as políticas públicas e acompanhar e analisar indicadores macroeconômicos gerais da economia. Seu objetivo

específico é promover o desenvolvimento sócio-econômico, ambientalmente sustentável, inclusão social, geração de empregos e distribuição de renda, tendo como público-alvo (beneficiários) a sociedade em geral e o governo. O valor da execução orçamentário-financeira em 2009, no Programa 1266, foi de R\$ 1.177.473,00.

Durante o ano de 2009 o Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Política Econômica – SPE ocupou-se prioritariamente em articular a resposta em termos de política econômica aos efeitos da crise financeira internacional deflagrada na segunda metade do exercício de 2008. A eficácia das ações desenvolvidas tornou-se clara já no fim de 2009, com o anúncio de bons resultados em termos de crescimento do PIB e da geração de 995.000 novos postos de trabalho em 2009.

Programa 0773

Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União (STN)

Com relação ao programa 0773 – Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União, o Ministério da Fazenda recebeu em 2009 uma dotação orçamentária atualizada da ordem de R\$ 227 milhões, deste total, o valor liquidado foi de aproximadamente R\$ 182 milhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0773 - GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
227.378.604,00	187.171.515,75	182.392.286,20	182.389.280,87	6.487.147,08

Fonte: Siafi

Relativamente aos esforços de melhoria da qualidade do gasto público, desde 2007 o Ministério da Fazenda vem estimulando a criação de grupos de trabalho com o objetivo de aprimorar a gestão das contas públicas.

Com referência à Gestão de Obrigações da União, foram feitas atividades visando à manutenção da dívida pública federal em trajetória sustentável, de modo a contribuir para a manutenção da estabilidade econômica do país.

Quanto a Gestão dos Haveres da União, foram envidados esforços visando à arrecadação de receitas de haveres decorrentes de refinanciamento de dívidas de estados, Distrito Federal e municípios, de entidades de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. Foram recebidos R\$ 34,4 bilhões para uma previsão inicial de R\$ 33,7 bilhões orçados para todo o exercício.

No que se refere à evolução da Contabilidade Pública, o ano de 2009 foi marcado por avanços importantes no processo de fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O processo de assunção de passivos reais e contingentes, como decorrência do papel interventor assumido pelos governos nacionais em resposta à crise financeira mundial,

impõe uma maior transparência e responsabilização (*accountability*) por parte do setor público. Assim, ganha força a necessidade de adoção de padrões internacionais de contabilidade por parte do setor público.

A publicação do Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal, passa a definir os procedimentos necessários para atingir os objetivos de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público, promove uma maior integração entre o Órgão Central e os Órgãos Setoriais de Contabilidade do Governo Federal e fornece suporte jurídico necessário ao processo de padronização da Contabilidade Aplicada ao Setor Público Nacional, com vistas à consolidação das contas nacionais. Com esse objetivo, foi desenvolvido, em 2009, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) até o quarto nível, a ser utilizado pela União, estados, Distrito Federal e municípios, o que representa um marco histórico da contabilidade pública brasileira. O objetivo é ter o novo Plano de Contas concluído ainda em 2010 visando a sua implantação em 2012 no Governo Federal e nos e, em 2013 nos municípios

Com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da

eficiência do gasto público, foi desenvolvido o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal, que se encontra em fase de homologação, com previsão de estar disponível para os usuários a partir de 2010, permitindo a produção de relatórios pormenorizados sobre os custos da Administração Pública.

Por fim, em 2009, o Ministério da Fazenda continuou no desenvolvimento do Projeto Novo Siafi.

O módulo CPR (Contas a Pagar e Receber) foi escolhido como a primeira parte a ser construída e implantada. O desenvolvimento deste módulo está previsto para

acontecer em 2010, com previsão de implantação para 2011.

Programa 0770 Administração Tributária e Aduaneira (RFB)

Em 2009, o nível de execução da dotação orçamentária autorizada para a RFB com a finalidade de realizar as ações aglutinadas nesse programa atingiu 95,09%.

Em relação às despesas com pessoal e encargos sociais, a execução foi de praticamente a totalidade dos créditos concedidos.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0770 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
7.683.348.925,00	7.306.851.932,94	6.743.235.077,43	6.675.764.164,41	424.516.000,81

Fonte: Siafi

As Outras Despesas Correntes atingiram um nível de execução de 87,09%, nível menor se comparado com os anos anteriores, e que se deveu principalmente ao contingenciamento de mais de R\$ 200 milhões na dotação destinada a atender despesas com os sistemas informatizados.

As despesas com investimentos também apresentaram menor nível de execução, em virtude dos necessários ajustes das despesas às receitas, determinados pelos Decretos de Programação Financeira. Quanto ao indicador de desempenho, a Taxa de Realização da Receita Administrada, inclusive a Destinada à Previdência Social, alcançou o patamar de 91,03% em relação ao previsto para o exercício.

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB atingiu a cifra de R\$ 671,6 bilhões, no ano de 2009. O desempenho da arrecadação, comparado com 2008, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de -3,05%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) redução no crescimento de indicadores macroeconômicos - com exceção da massa salarial, os principais indicadores macroeconômicos, que influenciam diretamente a arrecadação de tributos, em especial a produção industrial, a lucratividade das empresas e o volume geral de vendas no varejo, apresentaram forte desaceleração, especialmente no período de dezembro de 2008 a setembro de 2009, em relação à igual período de 2007 a 2008; ii) compensação no pagamento de tributos - foram apuradas, nos dez primeiros meses de 2009, compensações, especialmente de Cofins, PIS e Cide, no valor de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamento a maior, em períodos anteriores, principalmente, do IRPJ e da CSLL; iii) desonerações tributárias - a redução na arrecadação de 2009 em relação a 2008, decorrente de desonerações tributárias, foi estimada em R\$ 24,9 bilhões; iv) transferência de depósitos judiciais - houve a transferência

de aproximadamente R\$ 8,9 bilhões relativos a depósitos judiciais que estavam depositados na Caixa Econômica Federal e outros bancos, para a Conta Única do Tesouro Nacional; v) parcelamentos de dívidas - ao final do ano de 2009 houve pagamentos relativos à Lei nº 11.941/2009 e MP nº 470/2009 (Crédito Prêmio do IPI).

Dessa forma, considerando-se a crise externa e à luz da experiência internacional, bem assim as mencionadas políticas anticíclicas implementadas pelo governo, pode-se considerar que a arrecadação de receita administrada pela RFB correspondeu às estimativas, alcançando-se o objetivo de atender o superávit primário legalmente estabelecido.

Foram intensificadas ações de fiscalização em alguns segmentos importantes, como o setor financeiro e também em profissionais liberais, além do aumento no número de fiscalizações em contribuintes de grande porte. Na área de revisão de declarações, foram aperfeiçoados os sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, bem como os aplicativos de suporte ao trabalho fiscal, possibilitando o aumento significativo da quantidade de declarações analisadas.

No âmbito dos Projetos Especiais, foi dada continuidade à implementação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, que substitui a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais feitos em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica. O sistema tem como objetivos reduzir o custo com o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e, ao mesmo tempo, aumentar a eficiência e eficácia no combate à evasão fiscal pelos fiscos federal, estadual e municipal.

Com relação à participação da RFB no combate ao crime organizado, em 2009 foram realizadas operações em regime de trabalho conjunto com o Departamento de Polícia Federal e o Ministério Públco Federal, que resultaram no cumprimento de 124 mandados de busca e apreensão e 82 mandados de prisões.

As referidas investigações buscaram combater, entre outros: fraudes em declarações de pessoas físicas e comércio exterior, crimes previdenciários, crimes praticados com utilização de interpostas pessoas, sonegação fiscal, fraude à licitação, lavagem de dinheiro, fraude à execução, formação de quadrilha e esquema de lavagem de dinheiro, através de operações ilegais de câmbio e evasão de divisas, com recursos decorrentes do tráfico internacional de entorpecentes.

A atuação do controle aduaneiro transcende aspectos e questões exclusivamente fiscais, tendo um reflexo relevante para a sociedade e para o país também sob a forma de defesa permanente dos interesses da economia nacional, da saúde e da segurança da população, pelo combate permanente ao contrabando, ao descaminho e a outras irregularidades causadoras de desequilíbrios nas condições de concorrência econômica ou de riscos à sociedade.

A fiscalização aduaneira encerrou o ano de 2009 com R\$ 3,661 bilhões em créditos lançados relativos aos tributos incidentes sobre o comércio exterior o que representou uma redução de 13,6% no número de contribuintes fiscalizados, porém um incremento de 59,5% no crédito lançado. A apreensão de mercadorias em decorrência da fiscalização, repressão e do controle sobre o comércio exterior exercido pela RFB totalizou R\$ 1,414 bilhão, em 2009, o que significa um aumento de 35,57% sobre as apreensões de 2008. Como dentre as mercadorias apreendidas encontram-se inúmeros produtos piratas ou contrafeitos, ao evitar que tais produtos ingressassem no mercado doméstico, a Receita Federal contribui para evitar potenciais riscos à saúde e à segurança das pessoas e ao meio ambiente, como também para preservar a indústria, o comércio e os empregos nacionais.

Em sintonia com os objetivos estratégicos de simplificação de procedimentos e intensificação do atendimento à distância e na busca do cumprimento espontâneo das obrigações tributárias por parte do Contribuinte, a RFB ofereceu quatro canais de acesso para atendimento ao contribuinte, em 2009: i) Atendimento Presencial – foram prestados aproximadamente 19,88 milhões de serviços aos contribuintes; ii) Atendimento via Internet - o site da RFB na Internet registrou cerca de 360 milhões de acessos a sua página. A quantidade de declarações recebidas por meio do programa Receitanet foi de aproximadamente 62,7 milhões. Outro serviço disponível via internet é o Centro Virtual de Atendimento – e-CAC que, com uso de certificados digitais ou códigos de acesso, permitiu o atendimento de serviços resguardados pelo sigilo fiscal,

registrando 916 milhões de acessos; iii) Fale Conosco - foram respondidas em torno de 130 mil consultas por meio do correio eletrônico da RFB e iv) Receitafone - recebeu aproximadamente 10,7 milhões de ligações entre consultas automáticas e atendimentos personalizados.

Cabe registrar que, no escopo do Programa de Melhoria do Atendimento da RFB, iniciado em 2009, destaca-se a implantação do Novo Modelo de Atendimento ao Contribuinte do Imposto de Renda Pessoa Física. Trata-se da disponibilização de serviços na Internet por meio de código de acesso, que permitem ao cidadão acompanhar o processamento da Declaração IRPF, receber mensagem sobre a restituição em seu celular, detectar eventuais pendências e efetuar as respectivas correções, tudo isso sem a necessidade de comparecimento a uma Unidade de Atendimento Presencial.

Além do conforto, tal iniciativa representa transparência para o contribuinte, que é informado com clareza acerca dos erros cometidos, além de receber todas as orientações para a resolução dos problemas. Esta ação acarretou significativo incremento na regularização das obrigações tributárias, tanto principais como acessórias, em relação a 2008. Até o final de 2009, quase 4 milhões de pessoas físicas já possuíam código de acesso para utilização destes serviços via Internet.

No que tange ao Atendimento Presencial, há que se destacar a ampliação do atendimento agendado e da utilização da procura digital, providências estas que, juntamente com as demais ações de simplificação de procedimentos, permitiram a redução do Tempo Médio de Espera - TME em 22,4%: de 27min27seg em 2008 para 21min17seg em 2009.

Programa 0780 Gestão da Política de Regulação de Mercados (SEAE)

O Ministério da Fazenda participa da discussão sobre a formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores. Além da regulação tarifária, por meio da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, o Ministério tem trabalhado no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes em diversos setores - falhas essas que induzem a um desempenho menos eficiente - e de subsidiar a promoção da desregulamentação e, quando for o caso, a regulamentação. Trata-se, essencialmente, de remover entraves regulatórios à concorrência, quando esta é um instrumento factível para garantir eficiência, qualidade e preços condizentes com o nível de custos. Neste programa, a execução orçamentária líquida alcançou o montante de R\$ 2,7 milhões no exercício de 2009.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2009 - PROGRAMA 0780
GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS**

DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	VALORES PAGOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LÍQUIDOS
4.489.182,00	3.106.249,98	2.736.869,18	2.736.792,70	731.543,49

Fonte: Siafi

Nas ações de regulação de atividades econômicas e de análise dos reajustes de preços e tarifas de serviços públicos, foram realizadas 69 manifestações e 27 análises, por meio de Notas Técnicas e Pareceres, objetivando subsidiar a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica e o funcionamento dos mercados em ambientes concorrenenciais.

O MF tem atuado na reformulação da legislação sobre o setor de petróleo, de forma a contemplar as mudanças significativas que deverão ocorrer nas reservas petrolíferas brasileiras decorrentes das descobertas nas províncias do pré-sal. Além do setor de petróleo, o MF trabalha na formulação de um modelo de regulação do etanol e no aprimoramento do arcabouço regulatório do biodiesel.

Com relação à infra-estrutura energética, são acompanhados os empreendimentos relacionados à geração e à transmissão de energia elétrica, bem como à produção, à exploração e ao transporte de petróleo, de gás natural e de combustíveis renováveis.

O acompanhamento se dá em três níveis: (i) as salas de situação, em que ocorre o monitoramento da implementação e da execução do PAC, identificando-se os problemas e discutindo-se soluções no nível gerencial; (ii) o GEPAC, que reúne os Secretários envolvidos com o tema e que analisa as questões mais importantes identificadas nas salas de situação, além de consolidar ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados que vão sendo alcançados; e (iii) o CGPAC que conta com a presença de ministros, ou seus representantes, e que busca solucionar os principais entraves não resolvidos e tomar as decisões centrais para o êxito do programa.

No tocante ao setor de transporte aéreo, o MF teve ampla atuação em 2009. Por meio da SEAE, analisou a proposta de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC sobre a alocação de áreas aeroportuárias; integrou o Grupo de Trabalho do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, analisando os estudos de viabilidade do projeto; representou o MF na Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas – Cotaer, onde foram analisadas alterações na composição do Conselho de Aviação Civil - Conac, no seu Regimento Interno e na composição da Cotaer, bem como na legislação que trata da outorga de exploração de serviços aéreos. Além disso, em 2009, participou de reuniões no âmbito da Superintendência de Relações Internacionais – SRI da ANAC e integrou grupo de trabalho, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores – MRE, com o objetivo de formular estudos e propostas sobre o transporte aéreo internacional.

Na área de transportes rodoviários, foram analisadas as minutas de edital e de contrato das concessões rodoviárias federais, 3ª etapa - fase I, que inclui as Rodovias BR-040/DF-GO-MG, BR-381/MG e BR-116/MG e acompanhada a modelagem proposta pela ANTT, ainda não finalizada, das permissões de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

O MF tem participado das diversas discussões sobre um dos projetos mais complexos presente na agenda do Governo, o Trem de Alta Velocidade entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas.

No setor hidroviário e portuário, o MF atuou, por meio da emissão de pareceres sobre propostas de normas elaboradas pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e sobre projetos de leis de interesse para tais setores, dos quais se pode destacar o projeto que trata dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis e objetiva a compatibilização da geração de energia elétrica e da navegação fluvial.

Na área da saúde, a atuação se dá em particular nos mercados farmacêutico e de planos de saúde, visando contribuir para o aprimoramento regulatório nestes dois mercados, regulados, respectivamente, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Esta atuação é pautada pela disseminação e conscientização acerca dos benefícios da concorrência, em um papel de "advocacia da concorrência".

Ressalte-se que a SEAE é responsável pela análise técnica que subsidia a anuência do Ministério da Fazenda tanto em relação ao reajuste de preços de medicamentos quanto em relação ao reajuste dos preços de planos de saúde.

Mais especificamente, em 2009, propôs alterações para aprimoramento na regulação de precificação de medicamentos, participou do desenvolvimento de metodologia para incluir fator de ajuste em caso de eventos exógenos no cálculo do reajuste de planos de saúde e apresentou trabalho avaliando a sustentabilidade do sistema de saúde suplementar no longo prazo.

Na área de telecomunicações, o MF acompanha as modificações na regulamentação propostas para acompanhar o passo acelerado da evolução tecnológica nessa área.

Também no campo das telecomunicações, atua no âmbito do Conselho de Desenvolvimento da TV Digital no sentido de auxiliar a implantação da TV digital no Brasil, o que

pode vir a ser um grande veículo para a inclusão digital no país.

Também integra o grupo de trabalho criado e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República para a formulação do Plano Nacional de Banda Larga - PNBL, cujo objetivo é ampliar o acesso à banda larga no Brasil, para os cidadãos, empresas, entidades da sociedade civil e instituições do governo.

O MF, representado pela SEAE, contribuiu em diversas consultas públicas do ente regulador, tais como (Anatel), sobre proposta de termo de autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), proposta de alteração na Norma para Cálculo do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) e alteração do regulamento sobre condições e uso de radiofrequência, como também no setor de mídia, (Ancine), contribuindo em temas como créditos textuais daquela Agência nos produtos audiovisuais realizados com recursos públicos federais.

No setor postal, é responsável pela definição do reajuste das tarifas postais dos serviços prestados pela Empresa

Brasileira de Correios e Telégrafos, sendo que as negociações para a concessão do reajuste de 2009 ainda estão em andamento, observando os princípios de manutenção e expansão do serviço postal e de modicidade tarifária.

Com referência ao setor financeiro, o MF deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2007 no que diz respeito à regulamentação das tarifas bancárias.

Para avaliar os impactos da nova regulamentação, desde o início de 2008 foram incorporadas novas rotinas de trabalho como o monitoramento e o acompanhamento da evolução das tarifas bancárias, com a publicação de notas a este respeito.

A ação de Homologação e de Acompanhamento de Promoções e Sorteios com fins comerciais apresentou um resultado bastante expressivo, fato constatado por meio da variação na arrecadação de impostos e de taxas de fiscalização cobradas das empresas que formalizaram pedidos de autorização na Secretaria, conforme se observa no quadro a seguir.

	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Tx Fiscalização	2.000.632,87	2.467.851,99	3.404.388,00	3.933.778,29	11.806.651,81
Imposto de Renda (20%)	7.148.370,58	9.500.134,24	13.284.208,87	16.999.671,30	46.932.385,00
Valor da premiação da promoção Comercial	44.550.177,41	62.433.426,43	85.861.180,08	97.913.128,28	290.757.912,20

Fonte: Elaborado pela SEAE/MF com base nos dados dos sistemas Siafi e LITTERA

Posição: até 31.12.09

Comparando-se 2009 aos exercícios anteriores, observa-se um expressivo crescimento da arrecadação referente aos itens examinados - taxa de fiscalização, imposto sobre 20% da premiação e valor total dos prêmios ofertados nas promoções comerciais. Esses números demonstram que este ainda é um segmento em grande expansão no país, e as transformações na legislação se fazem necessárias para atender a imensa gama de inovações tecnológicas e, principalmente, à proteção dos participantes das promoções.